

HABEAS CORPUS Nº 567.913 - MG (2020/0072590-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : RODOLFO CORREA REIS
ADVOGADO : RODOLFO CORREA REIS - MG113986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALESANDRE BASTOS BERNARDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALESANDRE BASTOS BERNARDO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Recurso em Sentido Estrito n. 1.0024.19.089269-5/001.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Defende que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Salienta ausência de contemporaneidade do decreto de prisão e o fato em apuração.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade até o julgamento final deste *writ*, e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É o relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 10-11):

[...]

De acordo com o art. 312 do CPP a prisão preventiva está condicionada à presença concomitante do fumus comissi delicti e do periculum libertatis. O primeiro, previsto na parte final do citado artigo, consiste na prova da existência do crime e indício suficiente de autoria, o segundo, consubstanciado em um dos seguintes fundamentos: a) garantia da ordem pública; b) garantia da ordem econômica; c) garantia de aplicação da lei penal; d)

conveniência da instrução criminal.

Com base nisto, e depois de analisar cuidadosamente os autos, tenho que, in casu, os fortes indícios do cometimento do crime e as circunstâncias como se deram os fatos são subsídios a fundamentar o recolhimento dos recorridos ao cárcere.

Ora, conforme ressaltado pelo Ministério Público em suas razões de recurso, "os fatos tratados nestes autos são graves, vez que os réus atuaram em 07 (sete) roubos, majorados pelo concurso de pessoas, em desfavor de estabelecimentos comerciais, em pleno funcionamento, ocasiões nas quais os acusados agiram de forma muito ousada e destemida, com emprego de réplicas de arma de fogo".

Ora, diante das peculiaridades do caso concreto e da necessidade de garantia da ordem pública, afigura-se necessária à decretação da prisão preventiva dos acusados, concorrendo à espécie os requisitos autorizadores da custódia, revelando-se insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

Sobre a garantia da ordem pública, enquanto requisito para a prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP, leciona a doutrina especializada:

[...]

Posto isto, sem adentrar no mérito para não incorrer em antecipação de julgamento, verifico que a prudência recomenda o encarceramento provisório do recorrido, eis que presentes os requisitos necessários para restabelecer a prisão preventiva, contidos no art. 312 do CPP, notadamente a garantia da ordem pública.

Repetindo: em tese, verifica-se que a imputação atribuída aos recorridos é dotada de grande repercussão no meios social, restando incontestável a periculosidade do agente e gravidade do delito em tese cometido, o que possibilita a indicação objetiva da necessidade da medida constritiva para a garantia da ordem pública. Evidente que, somente após a instrução haverá possibilidade de ser comprovada a autoria e a eficiência das provas colhidas nos autos, por hora, entendo que se justifica a segregação provisória do recorrido.

Por derradeiro, destaco que as condições pessoais favoráveis aos recorridos, não autorizam, por si sós, a manutenção da liberdade provisória, quando os demais elementos dos autos recomendam a custódia cautelar.

Além disso, o crime, por cuja suposta autoria o recorrido fora denunciado, reclama, no preceito secundário da respectiva norma penal incriminadora, pena superior a quatro anos, o que, per se, atende ao disposto no inciso I

Superior Tribunal de Justiça

do artigo 313 do CPP, constituindo-se, outrossim, em mais um dos requisitos a justificar, em sua modalidade preventiva, a segregação cautelar do agente.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso ministerial, para revogar o benefício de liberdade provisória concedido aos recorridos Alesandre Bastos Bernardo e Adeilton Junio Braga de Oliveira, reconstituindo a sua prisão, determinando a imediata expedição do respectivo mandado, com validade de 20 (vinte) anos.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Jorge Mussi
Relator